

DINÂMICA DE MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PIMENTA BUENO E CACOAL: UM ESTUDO DO CENSO DEMOGRÁFICO ENTRE 1980 E 2010

MIGRATION DYNAMICS AND OCCUPATION OF THE MUNICIPALITIES OF PIMENTA BUENO AND CACOAL: A STUDY OF DEMOGRAPHICS BETWEEN 1980 AND 2010.

DINÁMICA DE MIGRACIÓN Y OCUPACIÓN DE LOS MUNICIPIOS DE PIMENTA BUENO Y CACOAL: UN ESTUDIO DEL CENSO DEMOGRÁFICO ENTRE 1980 Y 2010

Misley Alzília da Silva Estevão

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

E-mail: misley.estevao@ifro.edu.br

Fernanda Bay Hurtado

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: fernandabay@unir.br

RESUMO

Por quase quatro séculos, o espaço que hoje constitui Rondônia foi pouco modificado. Ao eleger o estado como foco de suas políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, o governo federal, entre os anos de 1964 e 1985, provocou modificações profundas no cenário socioeconômico e ambiental rondoniense. Esta pesquisa objetivou explorar os processos de migração e de urbanização, ressaltando a dinâmica dos padrões migratórios e suas inter-relações com o processo de redistribuição espacial da população de Rondônia, com ênfase nos municípios de Pimenta Bueno e Cacoal. Foi utilizada a abordagem quali-quantitativa, com fins exploratórios, sendo realizado levantamento bibliográfico em diversos meios de informação, tais como Google Acadêmico, Scielo, Scopus e Periódico Capes, sem limites de data. Os termos de busca utilizados foram: “ocupação de Rondônia”, “migração em Rondônia”, “plano integrar para não entregar”, “colonização de Cacoal” e “colonização de Pimenta Bueno”. Para análise do crescimento populacional e migração foram utilizados os censos demográficos de 1980 a 2010 disponíveis no SIDRA/IBGE. Os resultados evidenciaram que os estados com maior participação migratória para Rondônia foram Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e que o plano do governo federal de ligar regiões da Amazônia ao restante do país, abrindo novas fronteiras econômicas, tornou-se em parte bem-sucedido, uma vez que, em um curto espaço de tempo, boa parcela do território estadual estava ocupado. No entanto, a falta de planejamento urbano relacionados à infraestrutura dos pequenos povoados que rapidamente surgiram resultou em muitas dificuldades e problemas socioambientais aos migrantes recém-chegados ao estado de Rondônia.

PALAVRAS-CHAVE: migração na Amazônia Ocidental; Programa de Integração Nacional (PIN); modernização da agricultura; revolução verde.

ABSTRACT

For almost four centuries, the space that today constitutes the state of Rondônia was little modified. By choosing the state as the focus of its developmental policies for the Amazon, the federal government, between 1964 and 1985, caused profound changes in the socioeconomic and environmental scenario of Rondônia. This research aimed to explore the processes of migration and urbanization, highlighting the dynamics of migratory patterns and their interrelations with the process of spatial redistribution of the population of Rondônia, with emphasis on the municipalities of Pimenta Bueno and Cacoal. The qualitative-quantitative approach was used, with exploratory purposes, and a bibliographical survey was carried out in various information media, such as Google Scholar, Scielo, Scopus and Periódico Capes, without date limits. The search terms used were: “occupation of Rondônia”, “migration in Rondônia”, “integrate plan to not deliver”, “colonization of Cacoal” and “colonization of Pimenta Bueno”. To analyze population growth and migration, the demographic censuses from 1980 to 2010 available at SIDRA/IBGE were used. The results showed that the states with the highest migration participation to Rondônia were Paraná, São Paulo, Minas Gerais and Espírito Santo and that the federal government’s plan to connect regions of the Amazon to the rest of the country, opening new economic frontiers, became in part successful, since, in a short space of time, a good portion of the state’s territory was occupied. However,

the lack of urban planning related to the infrastructure of the small towns that quickly emerged resulted in many difficulties and socio-environmental problems for migrants recently arrived in the state of Rondônia.

KEYWORDS: migration in the Western Amazon; National Integration Program (NIP); modernization of agriculture; green revolution.

RESUMEN

Durante casi cuatro siglos, el espacio que hoy constituye Rondônia apenas ha cambiado. Al elegir el estado como foco de sus políticas de desarrollo para la Amazonia, el gobierno federal, entre 1964 y 1985, provocó profundos cambios en el escenario socioeconómico y ambiental de Rondônia. Esta investigación tuvo como objetivo explorar los procesos de migración y urbanización, destacando la dinámica de los patrones migratorios y sus interrelaciones con el proceso de redistribución espacial de la población de Rondônia, con énfasis en los municipios de Pimenta Bueno y Cacoal. Se utilizó el enfoque cuali-cuantitativo, con fines exploratorios, y se realizó un levantamiento bibliográfico en diversos medios de información, como Google Scholar, Scielo, Scopus y Periódico Capes, sin límite de fechas. Los términos de búsqueda utilizados fueron: “ocupación de Rondônia”, “migración en Rondônia”, “plan integrado para no entregar”, “colonización de Cacoal” y “colonización de Pimenta Bueno”. Para analizar el crecimiento poblacional y la migración, se utilizaron los censos demográficos de 1980 a 2010 disponibles en SIDRA/IBGE. Los resultados mostraron que los estados con mayor participación migratoria hacia Rondônia fueron Paraná, São Paulo, Minas Gerais y Espírito Santo y que el plan del gobierno federal de conectar regiones de la Amazonía con el resto del país, abriendo nuevas fronteras económicas, se convirtió en en parte exitosa, ya que, en poco tiempo, se ocupó una buena parte del territorio del estado. Sin embargo, la falta de planificación urbana relacionada con la infraestructura de las pequeñas ciudades que surgieron rápidamente resultó en muchas dificultades y problemas socioambientales para los inmigrantes recién llegados al estado de Rondônia.

PALABRAS-CLAVE: migración en la Amazonía Occidental; Programa de Integración Nacional (PIN); modernización de la agricultura; revolución verde.

1. INTRODUÇÃO

Por quatro séculos, o espaço que hoje constitui o estado de Rondônia passou por vários ciclos econômicos e todos eles tiveram na exploração extrativista a sua base de sustentação. Isso fez com que a paisagem amazônica fosse pouco modificada. Porém, entre os anos de 1964 e 1985, o governo federal, ao eleger esse espaço como foco de suas políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, provocou alterações profundas no cenário socioeconômico e ambiental da região (Fiori; Fiori; Nenevé, 2013).

Fez-se em apenas 40 anos o que não havia sido feito nos 400 anteriores. Conforme Fiori e Nenevé (2013), foi, então, que Rondônia começou a experimentar alguns ciclos econômicos, esses mais significativos em termos de ocupação humana e de exploração econômica.

No contexto estadual devem ser mencionados, como períodos distintos do desenvolvimento da região, o Primeiro Ciclo da Borracha, (1879-1912), a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1914), a construção das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), o Segundo Ciclo da Borracha (1942-1945), o Ciclo do Garimpo (1960-1990), a construção da rodovia BR-364 (1960-1980) e a ocupação agrícola de Rondônia, essa intensificada entre 1970 e 1990. Nesse conjunto de tempo e realizações, os destaques são a construção da BR-

364 (Cuiabá-Porto Velho) e o incremento da agricultura, porque essas ações proporcionaram à Rondônia a ocupação humana e a exploração econômica dos recursos naturais do atual estado, modificando profundamente o cenário da região (Fiori; Fiori; Nenevé, 2013).

De Freitas Lima *et al.* (2021) lembram que a organização urbano-rural do Brasil passou por modificações relevantes no século XX, influenciada pelas “alternativas” sugeridas pela industrialização, que dispensou mão de obra de camponeses e tornou impotentes os produtores rurais de pequeno porte, acarretando o superpovoamento de cidades e a aglomeração de espaços divididos.

Essa reorganização do espaço urbano-rural, ocorrida sobretudo no Sul e Sudeste do Brasil, impulsionou a migração de milhares de pessoas dessas regiões para outros lugares do país, entre eles o estado de Rondônia. Isso foi um dos fatores que contribuiu com o processo de ocupação de regiões rondonienses até então inabitadas. Não se deve esquecer, contudo, que, no seu início, tal ocupação foi apoiada pelos programas governamentais que estimularam a migração e a consequente colonização de Rondônia.

Considerando essas referências citadas, a presente pesquisa objetiva explorar processos de migração e urbanização, ressaltando a evolução dos padrões migratórios e suas inter-relações com o processo de redistribuição espacial da população de Rondônia, com destaque para os municípios de Pimenta Bueno e Cacoal.

Assim, o estudo leva também em conta a importância de investigar a historiografia desses municípios para a compreensão do desenvolvimento dos ciclos econômicos e a correlação com os movimentos migratórios ocorridos na região, ponderando diferentes épocas do século XX.

1.1 O Programa de Integração Nacional (PIN) como marco para migração em Rondônia

A ideia de um Programa de Integração Nacional (PIN) ganhou força entre os anos 1964-1985, com a motivação do desenvolvimento, da interiorização da economia e da integração da Amazônia (Veja, nº 29, 1969, p. 12; Jornal do Brasil, 04/03/1969, p. 15). O PIN foi criado pelo Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970, com o objetivo de implementar obras de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste, visando promover sua mais rápida integração à economia nacional (Pereira, 1971). Esse Decreto-Lei foi regido pelo Decreto Nº 67.113, de 26 de agosto de 1970, que definiu as atividades da primeira etapa do PIN:

Art. 1º O Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970, compreenderá especificamente, em sua primeira etapa, além das tarefas comuns de cada Ministério, necessárias ao pleno desenvolvimento do Programa, as seguintes atividades: I - na área do Ministério dos Transportes, a imediata construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais, com seus respectivos equipamentos; II - na área do Ministério da Agricultura, a colonização e a reforma agrária, mediante a elaboração, a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, com as competentes desapropriações; a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos; a organização de comunidades urbanas e rurais e respectivos serviços básicos; III - na área do Ministério do Interior, o aceleração dos estudos e a implantação de projetos constantes da primeira fase do Plano de Irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica, com prioridade para os que ofereçam, desde já, maior benefício social; IV - na área do Ministério das Minas e Energia, o levantamento topográfico, da cobertura florestal, da geomorfologia para pesquisas minerais e energéticas, da natureza do solo e da respectiva drenagem e umidade. (Brasil, Decreto nº. 67.113/1970).

O Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970, priorizou para fins de Reforma Agrária diversas áreas de terra nos vários estados amazônicos, criando a Delegacia Regional da Amazônia que, por sua vez, pertencia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cuja previsão de atuação compreendia o assentamento de 100 mil famílias, a criação de até 100 cooperativas e a regularização dos títulos de propriedade rural em favor dos posseiros já fixados na área (Brasil, Decreto nº 67.557/1970). Essas ações do governo visavam integrar definitivamente espaços vazios da região amazônica à economia nacional em um projeto que foi conhecido como “Integrar para não entregar”.

A ideia de integração, estabelecida nos governos presidenciais no final da década de 1960, tratava, a princípio, de uma problemática geopolítica. Havia a preocupação militar do Estado com a integridade política e territorial das regiões de fronteira, visando a conservação da soberania nacional, a ocupação de espaços interioranos ditos vazios e o desenvolvimento econômico. A integração nacional se inseria nos projetos de Segurança Nacional que preconizavam a articulação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa (Alves, 1989).

“O Integrar para não entregar”, como parte de um programa governamental, foi responsável pela conquista mais recente da região amazônica, conforme Beting:

Talvez nenhum outro país tenha a possibilidade que agora se apresenta ao Brasil: a de conquistar meio Brasil para os brasileiros, a de domar perto de 4 milhões de quilômetros quadrados, desafio tão grande como a epopeia do Oeste para os Estados Unidos. A mística do pioneiro, o romance da terra, o apelo do desconhecido - tudo isso, que levou o homem norte-americano do Atlântico ao Pacífico e do Cabo

Kennedy à Lua, está levando agora o homem brasileiro do Sul para o Norte, do Leste para o Oeste, da civilização para a selva (Beting, 1973, p. 251).

1.2 A modernização da Economia Nacional na metade do século XX e seu papel na formação da população de Rondônia

A migração em Rondônia posterior à Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se como um fenômeno expressivo que modificou a demografia e a sociedade da Amazônia Ocidental. Segundo Viana (2018), alguns anos depois do fim do conflito mundial, o Brasil vivenciou uma fase de crescimento econômico e industrial que ficou conhecida como o "milagre econômico". De Oliveira Souza (2020) explica que isso promoveu modificações profundas no Centro-sul do país, fazendo com que um grande contingente populacional dessas regiões migrasse para Rondônia à procura de terras e oportunidades de trabalho.

Essa situação resultou na determinação, pelo governo brasileiro, de uma Política de Colonização que objetivava ocupar e desenvolver a Amazônia Legal. Entre as ações tomadas no período a que mais se destacou foi o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Plano Amazônia), criado em 1966, que permitiu a migração de pessoas que residiam em outras regiões do Brasil para a Amazônia, incluindo Rondônia.

A pavimentação da BR-364 no trecho Cuiabá- Porto Velho foi outro passo fundamental para o movimento migratório, visto que a rodovia facilitava a chegada de migrantes e possibilitava o transporte de produtos agrícolas e madeira, promovendo a economia regional.

O então Território Federal de Rondônia, até a década de 1970, dividia-se em apenas dois municípios, sendo esses a capital Porto Velho, localizada no extremo Norte do estado, que se estendia do extremo Norte ao extremo Sul de Rondônia, e o município de Guajará-Mirim, que se localizava ao longo de toda a divisa com a Bolívia.

Por meio do plano de ocupação territorial implementado pelo governo federal, no respectivo período, foram surgindo diversos povoados que se tornaram municípios. Nesse cenário, já em 1977, apenas cinco anos depois do processo migratório inicial ocorrido em 1972, se emanciparam de Porto Velho os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, conforme dados da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (2017).

Registra-se que a maior parte dos migrantes que chegavam à Rondônia era composta por trabalhadores rurais que procuravam a região com a intenção de encontrar terras, atraídos sobretudo pela oportunidade de adquirir terras férteis de baixo-custo, ou mesmo gratuitas.

Houve, então, uma migração expressiva para Rondônia em curto espaço de tempo e isso gerou significativos impactos socioambientais na região. O crescimento acelerado da agropecuária, por exemplo, acarretou desflorestamento e degradação ambiental. Ademais, havia uma precariedade na infraestrutura das regiões recém-habitadas, uma baixa qualidade na prestação de serviços públicos, além de frequentes conflitos fundiários. Todo esse cenário dificultava a vida dos novos habitantes.

Embora as áreas rurais fossem o destino preferido dos migrantes, a capital Porto Velho também recebeu um grande contingente deles, visto que sua população sofreu um aumento considerável (Perdição; Bassegio, 1992).

Essa migração para o estado como um todo permaneceu ao longo das décadas finais do século XX, o que permitiu o crescimento econômico da região. Todavia, essa situação também trouxe problemas socioambientais, evidenciando a relevância de um planejamento sustentável.

Os planos do governo estabelecidos nos anos de 1960 ainda influenciam, no presente, a dinâmica socioeconômica de Rondônia.

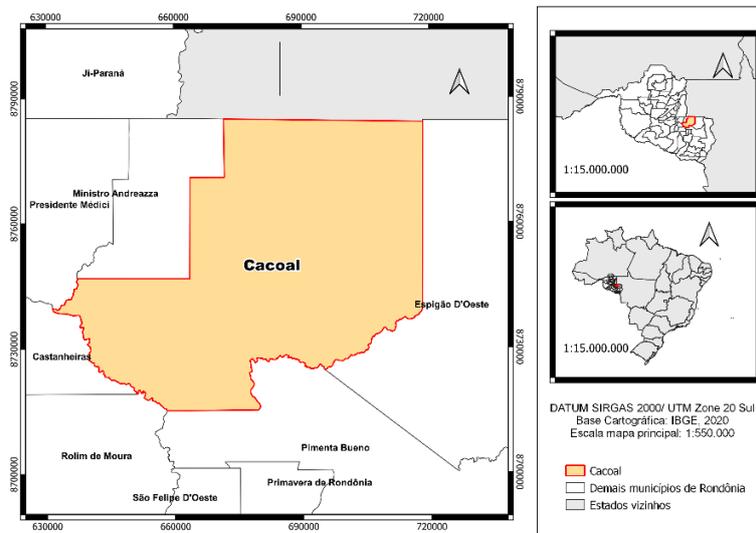
2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Localização da área de estudo

2.1.1 Cacoal

O município de Cacoal está localizado cerca de 480 Km da capital Porto Velho, na porção Centro-leste do estado, na mesorregião do Leste rondoniense e microrregião de Cacoal, fazendo divisa territorial com Mato Grosso ao Norte, Espigão D'Oeste ao Leste, Pimenta Bueno ao Sul, Rolim de Moura e Castanheiras a Sudoeste e Presidente Médici e Ministro Andreazza a Oeste, apresentando uma área territorial de 3.792.948 Km² e uma população de 86.895 habitantes (IBGE, 2022a) (Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Cacoal-RO

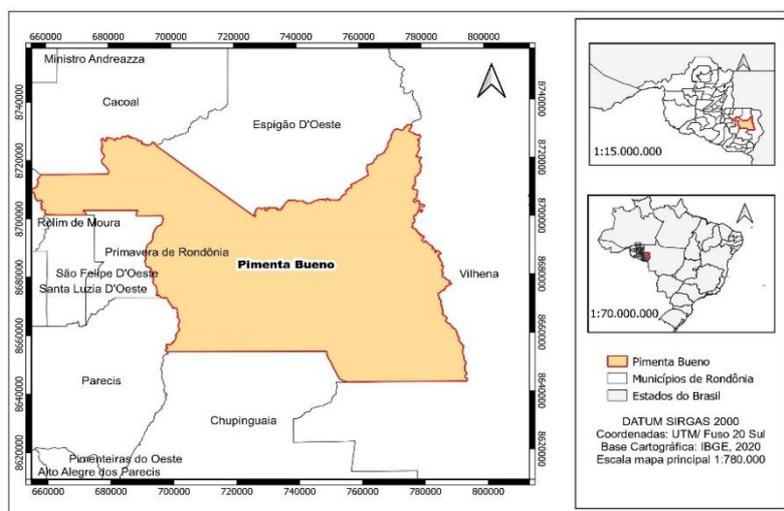


Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

2.1.2 Pimenta Bueno

O município de Pimenta Bueno está localizado aproximadamente a 518 km da capital Porto Velho, na mesorregião do Leste rondoniense e microrregião de Cacoal, ocupando uma área territorial de 6.258,0 Km². Possui uma população de 34.988 habitantes. Limita-se ao Norte com os municípios de Espigão d’Oeste e Cacoal, a Oeste com os municípios de Cacoal, Rolim de Moura, Primavera de Rondônia, São Felipe e Parecis, ao Sul com os municípios de Chupinguaia e Vilhena e, a Leste com o município de Vilhena (IBGE, 2022b) (Figura 2).

Figura 2: Localização do município de Pimenta Bueno-RO



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

2.2 Procedimento metodológico

Esta pesquisa é classificada como uma abordagem quali-quantitativa, com fins exploratórios. O estudo se limitou aos municípios de Pimenta Bueno e Cacoal, do estado de Rondônia, dando ênfase ao processo de colonização da região promovido pelo governo federal nas últimas décadas.

Nesse sentido foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se dos mais diversos meios de informação, principalmente o modelo sistemático de pesquisa na base de dados Google Acadêmico, *Scielo*, *Scopus* e Periódico Capes, sem limites de data. Os termos de busca utilizados para tal levantamento foram os seguintes: Ocupação de Rondônia; Migração em Rondônia, Plano integrar para não entregar; Colonização de Cacoal e Pimenta Bueno.

Já para a análise do crescimento populacional dos municípios estudados, além da migração, foram utilizados, respectivamente, os censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, acessíveis na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Os dados que estavam disponíveis em tabela foram expressos em gráficos produzidos por meio do software Microsoft Excel® para melhor compreensão. Os gráficos foram representados em números absolutos analisados pelo banco de dados do IBGE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Colonização e ocupação do município de Pimenta Bueno

Pimenta Bueno foi o segundo ponto estabelecido pela Comissão Telegráfica Rondon, coordenada por Marechal Rondon. O nome dado, a princípio, à estação telegráfica e ao rio que circunda o município ao sul de seu perímetro urbano é uma homenagem ao homem público Francisco Antônio Pimenta Bueno, de acordo com a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (2017). Os primeiros povoados urbanos foram constatados em 1926, às margens do rio Barão de Melgaço, outro rio que circunda o perímetro urbano de Pimenta Bueno (Silva; Lustoza; Faria, 2015).

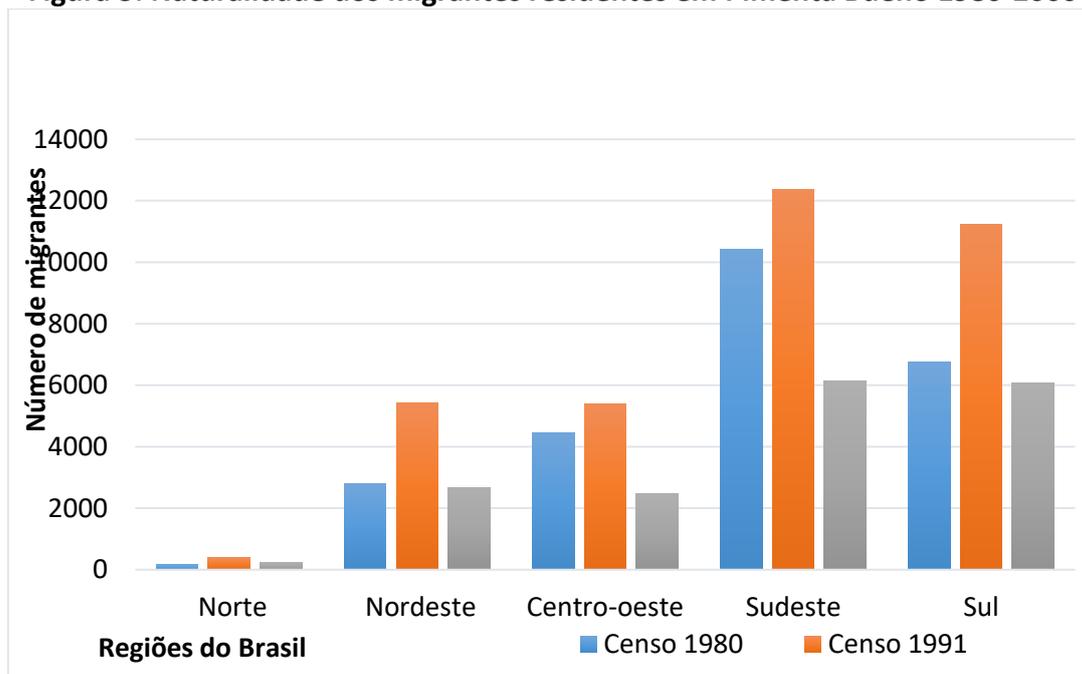
Mas só a partir dos anos 1970, quando a ação do governo federal se intensificou em Rondônia, é que teve início um ciclo migratório expressivo no município. Esses novos migrantes atuaram principalmente na exploração econômica agrícola, resultando assim em profundas transformações não somente no espaço geográfico rondoniense como também na cidade de Pimenta Bueno.

O ciclo econômico agrícola foi fortemente influenciado pela pavimentação da rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), sendo que a produção agropecuária permanece efetiva atualmente em Rondônia. Essa dinâmica foi fortalecida pela implantação da Hidrovia do Madeira, no final da década de 1990, que facilitou o transporte de grãos e outras mercadorias (De Oliveira Souza, 2020).

A migração, iniciada nos anos 1970, ocorreu principalmente por causa de camponeses em busca de terras, complementa De Oliveira Souza (2020). Eles eram provenientes do Sul e do Sudeste do país, regiões essas que vinham passando por modificações no cenário econômico, e migravam para outros lugares em busca de melhor qualidade de vida.

Na Figura 3 pode-se observar o número absoluto de migrantes, segundo a região de nascimento, no município de Pimenta Bueno, durante os primeiros 30 anos após o intenso fluxo migratório ocorrido nos anos 1970:

Figura 3: Naturalidade dos migrantes residentes em Pimenta Bueno 1980-2000



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

Nos censos do IBGE dos anos de 1980, 1991 e 2000, os migrantes de Pimenta Bueno provindos da região Sudeste se sobressaíram em todas as décadas analisadas, sendo que, em 1980, o ano do primeiro censo do município, eles representavam 49,3% de todos os migrantes residentes na cidade naquele ano. Nos censos de 1991 e 2000, os naturais da região Sudeste representavam 35,5% e 34,6% respectivamente. O Sul foi a segunda região com migração mais expressiva: em 1980 representou 27,5% do total de migrantes e em 1991 esse número subiu para 32,4%. Já no ano de

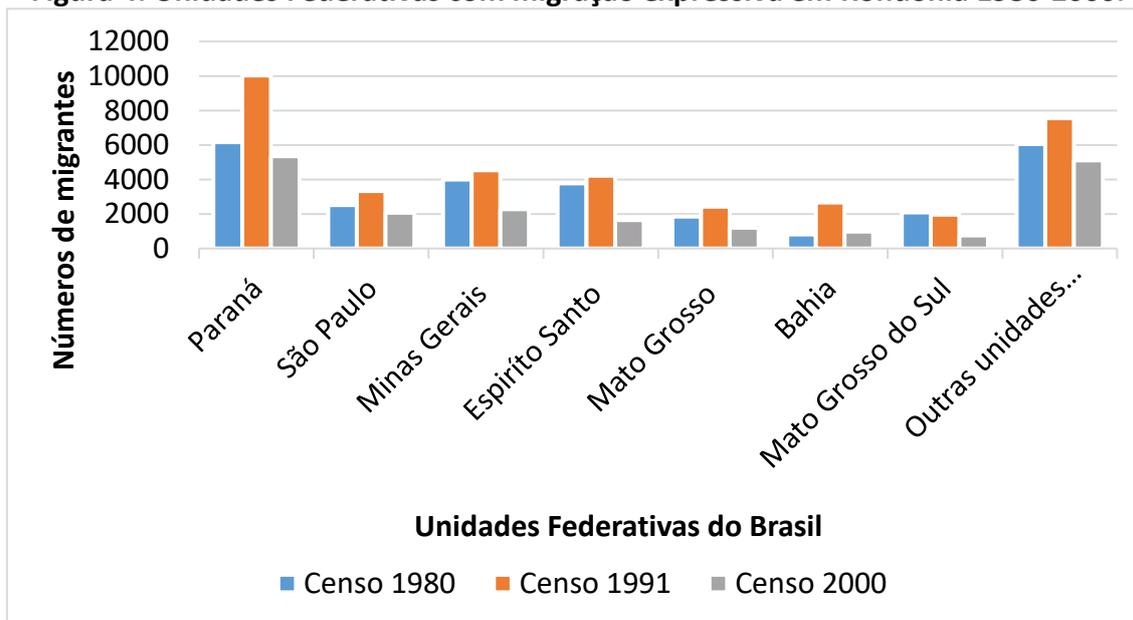
2000 os sulistas integravam 34% da população de migrantes. Os migrantes das demais regiões representavam aproximadamente 30% do total em todas as décadas estudadas.

Ressalta-se que, durante a década de 1990, o estado de Rondônia passou pela que ficou conhecida como 3ª onda de criação de municípios. Isso fez com que os municípios pioneiros criados nos anos 1970, como Cacoal e Pimenta Bueno, perdessem território e população para os novos emancipados, justificando a diminuição da população dos remanescentes no início do ano 2000 (IBGE, 2021).

A modernização da agricultura nas regiões Sul e Sudeste naquela década é apontada como um dos principais fatores que impulsionaram a migração em massa para Rondônia.

A Figura 4 representa os estados com maior participação da onda migratória para Rondônia nas últimas décadas:

Figura 4: Unidades Federativas com migração expressiva em Rondônia 1980-2000.



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

Migrantes com origens no Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo formaram a maioria do contingente migratório, sendo que apenas o Paraná detinha entre 25% e 30% do total em todas as décadas estudadas.

Essa modernização agrícola adotada pelo Brasil e vários outros países após a Segunda Guerra Mundial foi regida pelos Estados Unidos da América, que vendia às nações menos desenvolvidas o então denominado “pacote tecnológico”, que visava o aumento da produção agrícola através de

modernos insumos agrícolas, agrotóxicos, sementes mais resistentes e a mecanização do plantio e colheita das culturas (Wolfart, 2017).

Desse modo, a agricultura moderna determinava, pelo seu “pacote tecnológico”, a forma que os alimentos deveriam ser cultivados, definindo as técnicas e o período de produção camponesa, ou seja, o uso do solo. Essa dinâmica de cultivo no espaço-tempo acarretou disputa de territorialidades, determinando, de um lado, o capitalismo moderno, de outro, a cultura camponesa.

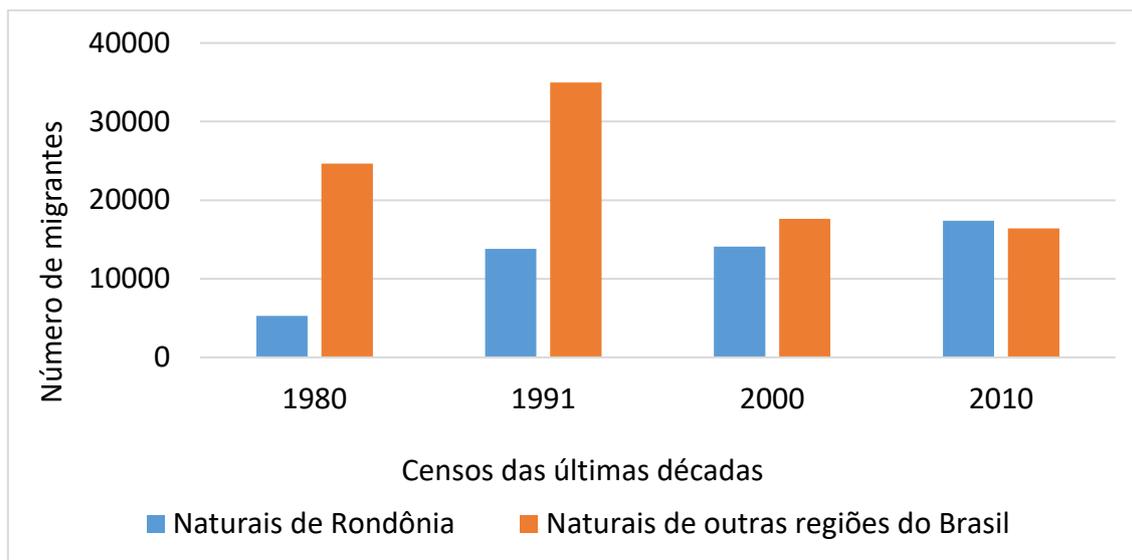
Segundo Origuéla (2020), os camponeses se relacionam com o sistema alimentar capitalista, uma relação de subordinação que mantém a maior parte deles na pobreza, levando-os ao endividamento e, em alguns casos, à perda de suas terras e, conseqüentemente, à migração.

Também conhecido como Revolução Verde, esse processo de modernização priorizou determinadas culturas agrícolas, além do fato de que o crédito rural disponibilizado foi tendencioso para médios e grandes produtores. Esse destaque é crucial para entender a grande migração de pequenos produtores do campo para cidade ou outras regiões rurais do Brasil (Silva Júnior; Do Vale; Wander, 2016).

Entre 1960 e 1980 a população de Rondônia teve um aumento expressivo, consolidando-se como o estado de maior taxa de crescimento populacional do país, visto que passou de 69.792 habitantes em 1960 para 492.810 habitantes em 1980 (IBGE, 1980). Assim, Rondônia tornou-se um estado habitado quase em sua totalidade por migrantes do Centro-sul do Brasil.

Com relação à Pimenta Bueno, a Figura 5 expressa em números absolutos como foi composta a população do município nas últimas décadas:

Figura 5: Composição da população de Pimenta Bueno 1980-2000.



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

Tal ação migratória, porém, se esgotou rapidamente em face do crescimento da demanda de terras. Os projetos de colonização integrados, dotados de infraestrutura de transporte, de rede de comercialização, foram pouco a pouco substituídos pela instalação precária de migrantes em regiões da floresta amazônica (Kohlhep, 2002).

3.2 Colonização e ocupação do município de Cacoal

Assim como Pimenta Bueno e outros municípios de Rondônia, a formação de Cacoal foi resultado do Projeto Integrado de Colonização – PIC Gy-Paraná, realizado na década de 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que sucedeu na abertura de lotes rurais no bioma amazônico. O povoado foi emancipado de Porto Velho no ano de 1977, tornando-se um dos primeiros municípios do então Território Federal de Rondônia (Santos, 2017).

O Projeto Integrado acarretou um expressivo fluxo migratório para a localidade, sendo que a maior parte dos migrantes eram famílias com origens nos estados do Sul e Sudeste do país (Santos, 2017).

Os primeiros núcleos urbanos de Cacoal surgiram na década de 1960, quando começou a construção da BR-364, mas a denominação da localidade existe desde o tempo da Comissão de Instalação de Telégrafos coordenada por Marechal Rondon (IBGE, 2021). Rondon teria sugerido ao guarda-fio Anízio Serrão que construísse uma casa próximo à margem do Igarapé Pirarara, por volta de 1912, e que cuidasse, então, das linhas de telégrafos no trecho entre Pimenta Bueno e Presidente Médici (Kemper, 2002).

Porém, ao conhecer a seringueira Rosa Aurora, com quem se casou, Serrão requereu do governo de Mato Grosso uma área de terra para a extração de látex de seringueira. O pedido foi aceito e ele passou a residir com a esposa na propriedade, que ficava próximo à sede do município. Percebendo uma grande quantidade de cacau nativo, Serrão a chamou de Cacoal (Kemper, 2002).

Em um segundo momento da formação urbana de Cacoal, por volta de 1960, o seringueiro e garimpeiro José Cassimiro Lopes construiu um barraco no lado esquerdo da rodovia BR-364, onde permaneceu até o início da década de 1970, quando se intensificaram os trabalhos de abertura da estrada. Naquele período grandes lamaçais surgiam durante a época de chuvas intensas e motoristas, impedidos de prosseguir viagem, esperavam a liberação da estrada na casa do seringueiro (IBGE, 2021).

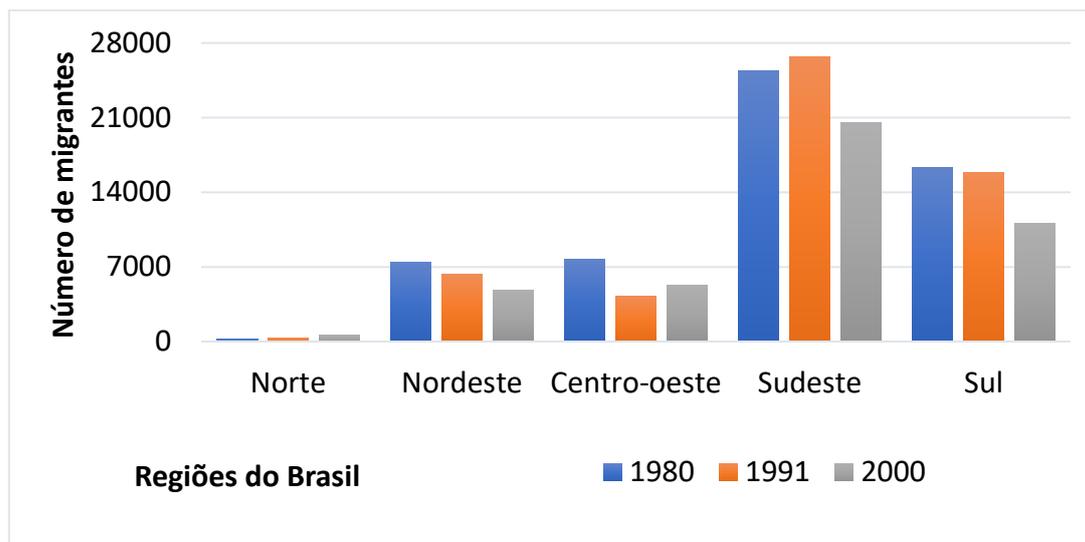
Esses viajantes começaram a construir palhoças no local, onde colocavam as mercadorias que levavam à venda, evitando que deteriorassem. De outro lado, as terras férteis da região atraíram os migrantes, que começaram a ocupá-las. Dessa maneira, comerciantes se estabeleceram, oferecendo aos agricultores fornecimento de gêneros de primeira necessidade e confecções (IBGE, 2021).

Kemper (2002) relata que grande parte dos pioneiros do município, por não possuírem documentação de propriedade, tiveram boa parte de suas terras invadidas ou desapropriadas pelo INCRA, não sendo raro terminarem seus dias em dificuldades financeiras. José Cassimiro Lopes, por exemplo, teve parte de suas terras desapropriadas, restando-lhe a que hoje abrange, na cidade, os bairros Bandeirantes, Arco-Íris, Vista Alegre e parte do Setor Industrial.

Os procedimentos do INCRA, que eram regidos pelo ordenamento proposto pelo governo federal, rapidamente elevaram Cacoal à categoria de município. Assim, o município foi criado pela Lei Nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, com limites definidos pelo Decreto Nº 81.272 de 30 de janeiro de 1978 (Biszntok, 2003).

A Figura 6 representa o número de migrantes residentes em Cacoal, segundo sua região de origem, no censo do IBGE nas décadas de grande fluxo migratório:

Figura 6: Naturalidade dos migrantes residentes em Cacoal por região (1980-2000).



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelos autores)

No censo do IBGE de 1980 realizado apenas três anos após a criação do município, Cacoal já contava com uma população de 67.030 habitantes. Não diferente das demais cidades do interior de Rondônia, a maior parte de seus colonizadores era proveniente de estados do Sul e Sudeste do país. Em 1980, o Sul era a região de origem de 28,5% do total de migrantes residentes em Cacoal e o Sudeste representava um percentual de 44,5% deles.

Nos censos de 1991, os migrantes da região Sudeste permaneciam como maioria, totalizando 47,9% do total, e os sulistas somavam 29,7% dos migrantes residentes no município. Já o censo de 2000 indicou um percentual de migrantes para duas regiões mencionadas de 48,4% e 26,2%, respectivamente.

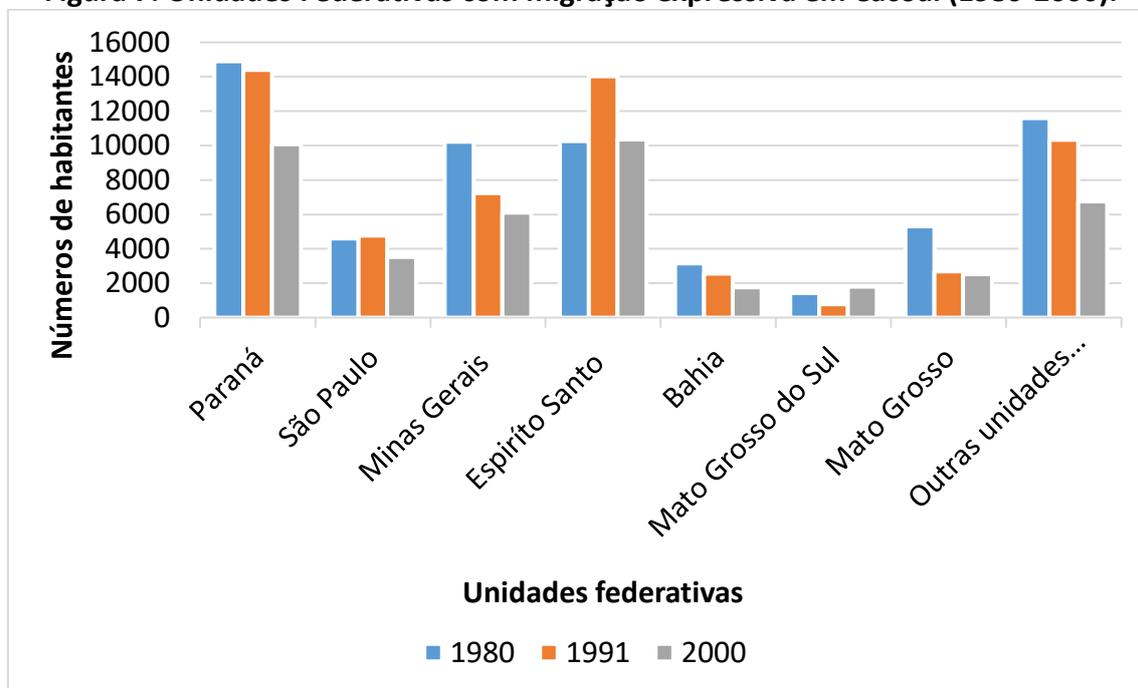
A respeito disso Lima (2001) ressalta que:

[...] poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do sul, principalmente do estado do Paraná, já havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia (Lima, 2001, p. 132).

Pela historiografia rondoniense, os migrantes que povoaram Rondônia nas décadas de 1970 e 1980 eram principalmente sulistas, com predominância de paranaenses. Todavia, o estado recebeu contingentes populacionais relevantes de vários estados brasileiros, entre esses os que mais se destacaram foram São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo (Da Cunha, 2015).

Na Figura 7 há descrição das unidades federativas com participação expressiva na onda migratória no período 1980-2000:

Figura 7: Unidades Federativas com migração expressiva em Cacoal (1980-2000).



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelos autores)

Em Cacoal, uma migração tão significativa quanto a paranaense foi a capixaba. Castiglioni (2019) afirma que, no Espírito Santo, a segunda metade do século XX foi marcada por transformações conjunturais que provocaram impactos relevantes na estrutura econômica e social daquele estado.

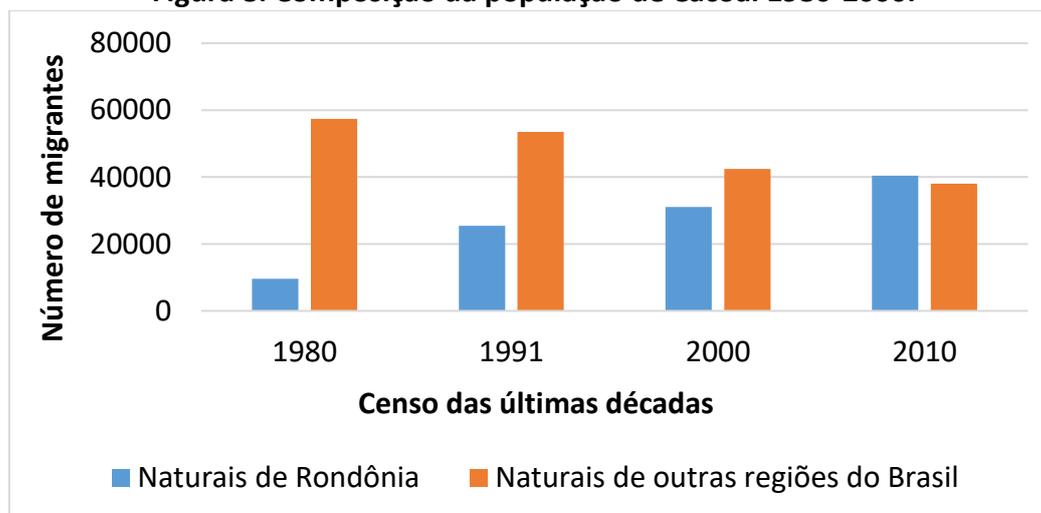
Ele conta que essa desestruturação da economia agrária teve reflexos negativos para grande parte das cidades capixabas que, por mais de cem anos, tiveram suas estruturas socioeconômicas estreitamente vinculadas à economia do cultivo do café, situação ainda vivenciada por grande parte dos municípios interioranos (Castiglioni, 2019). Assim, tal prática agrícola acompanhou os moldes de produção da região de origem desses migrantes, sendo a cafeicultura a mais frequente na região de Cacoal até os dias atuais (Santos, 2017).

Em outra perspectiva, a chegada dos migrantes fortaleceu a diversidade cultural na região, pois as numerosas identidades de cada estado brasileiro propiciaram o encontro de culturas na região. De acordo com Buffon, considera-se que, até a década de 1970, a principal referência na

cultura local eram os costumes bolivianos, amazônicos e paraenses, mas, a partir das novas ondas migratórias, Rondônia agregou elementos da cultura Centro-sul do país (Buffon, 2017).

A Figura 8 traz dados da composição da população de Cacoal nas primeiras décadas que sucederam à criação do município. Neles é possível observar que o número de rondonienses natos era diminuto comparado ao quantitativo de migrantes. No município de Cacoal, a população não natural de Rondônia chegou a ser cinco vezes maior que o número de rondonienses natos.

Figura 8: Composição da população de Cacoal 1980-2000.



Fonte: IBGE, 2021 (elaborado pelas autoras)

Em 1980, os migrantes representavam 86% da população de Cacoal. Em apenas 20 anos esse número caiu para 58%. No último censo do IBGE de 2010 já não eram maioria, embora a diferença fosse mínima, visto que a população de rondonienses natos representava 51% contra 49% de migrantes.

Percebe-se, então, que o “Ciclo Agrícola”, com apoio de recursos financeiros vinculados à política de planejamento nacional, consolidou Rondônia como estado produtor da Amazônia e entreposto comercial da Região Norte do país (Nogueira, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a ocupação e colonização dos municípios estudados se deram principalmente por meio de ações bem elaboradas pelo governo federal, com a finalidade de ocupar grandes porções de terra que, por muito tempo, foram quase em sua totalidade desabitadas.

Um dos propulsores dessas ações foi o Programa de Integração Nacional (PIN), que obteve êxito em Rondônia, uma vez que, em um curto espaço de tempo, boa parcela do território estadual estava ocupado.

Notou-se que a onda de migração para Rondônia ocorreu, entre outros fatores, por causa das mudanças no cenário econômico no Sul e no Sudeste do país, acentuadas a partir da segunda metade do século XX, tais como a modernização da agricultura e o crescimento da industrialização, o que acabou estimulando a saída de pessoas dessas regiões em busca de terras para cultivar.

Pimenta Bueno e Cacoal fazem parte do grupo dos primeiros municípios criados em 1977 que têm ligação direta com a onda migratória impulsionada por projetos do governo federal.

O Censo do IBGE aponta que, entre 1980 e 2000, a maior parte dos migrantes eram originária das regiões Sul e Sudeste, sendo que os provenientes do estado do Paraná eram maioria deles, representando aproximadamente 30% da onda migratória. Os migrantes naturais de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo também tiveram participação notória.

Conclui-se que a migração e a colonização de Pimenta Bueno e Cacoal não diferem do que se conhece sobre os demais municípios do interior do estado de Rondônia, sugerindo-se, portanto, a continuidade de novas pesquisas nessa linha, de forma a aprofundar tais dados que são relevantes para o planejamento de políticas, bem como para a memória histórica da região.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil -1964-1984**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 145 p.

BETING, J. Política Econômica - O Desenvolvimento Econômico e a Integração Econômica Setorial e Nacional. In: WIEDEMANN, Gen. Luiz Felipe da S. (org.) **Brasil: Realidade e Desenvolvimento**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1973.

BISZNTOK, J. Cacoal-RO: a constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. **GEOgraphia**, v. 5, n. 10, 2003. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13453>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília: **Presidência da República**, 1970 A. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm . Acesso em: 06. jun. 2022.

_____. Decreto Nº 67.113, de 26 de agosto de 1970. Regulamenta o Decreto-lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que instituiu o Programa de Integração Nacional. Brasília: **Câmara dos**

Deputados. 1970 B. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.106%2C%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias_ Acesso em: 16. jun., 2022.

_____. Decreto Nº 67.557, de 12 de novembro de 1970. Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 1970 C. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 05 jan. 2023.

BUFFON, B.S. ...**“Aqui toda vida se engalana”**: discurso sobre Rondônia no livro didático. 2017. Monografia. (Licenciatura em História). Universidade Federal da Fronteira Sul e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. UFFS, Veranópolis, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2040>. Acesso em: 06 set. 2021.

CASTIGLIONI, A. H. Transição migratória e urbana no estado do Espírito Santo-1950 a 2010. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 72, p. 33-53, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/issue/view/1899>. Acesso em: 23 jan. 2022.

DA CUNHA, E. A. A recente ocupação: migrações e territorialização em Rondônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. 2015. Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] UFSC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453_ARQUIVO_ARECENTEOCUPACAO-editado.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

DE FREITAS LIMA; D.; et al. Expansão urbana de São Miguel-RN: Análise no recorte temporal de 2000 a 2017. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 80, p. 182-200, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/54814>. Acesso em: 23 jan. 2022.

DE OLIVEIRA SOUZA, J. A. Colonização da década de 1970, Rondônia e a BR-364. **Espaço em Revista**, v. 22, n. 1, p. 82-100, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/espaco/article/view/63286>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FIORI, M. F; FIORI, L. E; NENEVÉ, M. Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse sobre a propriedade rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 09-22, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/862>. Acesso em: 21 nov. 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico- Características Gerais da População**. Rio de Janeiro. 1980

_____. **Censo Demográfico- Características Gerais da População**. Rio de Janeiro. 1991

_____. **Censo Demográfico- Características Gerais da População**. Censo Demográfico. Rio de Janeiro. 2000

_____. **Censo Demográfico- Características Gerais da População**. Censo Demográfico. Rio de Janeiro. 2010

_____. **Panorama Cidade de Cacoal 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/cacoal.html>. Acesso em: 18 de dez. 2021. a

_____. **Panorama cidade de Pimenta Bueno 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/pimenta-bueno.html>. Acesso em: 18 dez. 2021. b

JORNAL DO BRASIL. Lira diz que Exército se transforma com a Nação. Rio de Janeiro, 04/03/1969. P. 15. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. **Acervo do Jornal do Brasil disponível na Internet 1891-1999**. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19690304&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 05. jul. 2023.

KEMPER, L. 2002. **Cacoal, sua história, sua gente**. Grafopel, Goiânia, 232p

KOHLHEEP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**. v. 16, n. 45, p: 37-61. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mY9cRhvB6MLvsHrYL8gBs4F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2021.

LIMA, T. L. de. **Do Monte Nebo a Jaru – Um passado a ser conhecido**. Canoas: Ed. ULBRA, 2001. 228 p.

NOGUEIRA NETO, A. **As migrações e o crescimento econômico do estado de Rondônia (1970 a 2010)**. Tese, Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Unioeste, Toledo, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3580>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PEREIRA, O. D. **A Transamazônica: prós e contras**. Prefácio de Arthur César Ferreira Reis. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 368 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO –PMPB. 2017. Disponível em: <https://www.pimentabueno.ro.gov.br/>. Acesso em: 05 de ago. 2022

ORIGUÉLA, C. F. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 73, p. 183–198, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/issue/view/1945>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão**. Edições Loyola, 1992.

SANTOS, T.R.S. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/Rondônia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1648>. Acesso em: 08 jan. 2022.

SILVA JÚNIOR, A. R.; DO VALE, N. K. A.; WANDER, A. E. Modernização agrícola e o êxodo rural entre 1960 e 2010 no Estado de Goiás. **Embrapa Arroz e Feijão-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2016.

SILVA; A. D. C; LUSTOZA, R. E; FARIA, T. C. A. A conformação urbana de Pimenta Bueno-RO: uma análise sobre a evolução urbana da cidade. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n.30, p.58-73. Jan-abr. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616302015058> . Acesso em: 25 nov. 2022.

VEJA. Presente e futuro do governo. **Acervo digital VEJA**. São Paulo, Edição nº 29 Abril. p. 12-16, jun.1969. Disponível em: https://veja.abril.com.br/acervo#/edition/34527?page=1§ion=1_. Acesso em: 03 ago. 2022.

VIANA; A.L A. **A influência da Teoria Keynesiana no "Milagre Econômico Brasileiro"(1968-1973)**. 2018 (Monografia) Curso do Serviço de Intendência. Academia Militar das Agulhas Negras, Resende 2018.

WOLFART, C. **"O novo já nasce velho": os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2017. Tese, (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3161>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Artigo submetido em: 19/01/2023

Artigo aceito em: 16/03/2024

Artigo publicado em: 30/06/2024